

A insustentável leveza do ser europeu

MÁRIO MURTEIRA

RESUMO: O artigo propõe uma reflexão sobre as perspectivas da economia portuguesa no quadro da presente crise da União Europeia (UE). Depois de uma panorâmica retrospectiva sobre a evolução da economia e da sociedade portuguesas, após a mudança de regime verificada em 1974/75, o autor salienta que as perspectivas positivas oferecidas pela integração europeia não permitiram iniciar uma trajetória sustentada de convergência real no seio da UE. No momento actual, não se apresentam perspectivas convincentes de recuperação da economia, nem a curto nem a médio prazos. Por outro lado, o alargamento em curso da UE também não constitui, só por si, um sinal positivo para a economia portuguesa. E o próprio futuro da construção europeia, após o malogro do projecto de constituição, é hoje muito incerto. Não parece, assim, razoável esperar que o grande impulso para a recuperação económica do país provenha, como no passado, da dinâmica da integração europeia.

Palavras-chave: União Europeia, Convergência Real, Economia Portuguesa

TITLE: The unsustainable lightness of being European

ABSTRACT: The paper proposes a reflection on the perspectives of the Portuguese economy in the context of the current crisis in the European Union. Following a retrospective panorama of the evolution of the Portuguese economy and Portuguese society after the 1974/75 regime change, the author stresses that the positive perspectives offered by European integration did not permit the beginnings of a sustained trajectory of real convergence within the EU. There are, at present, no convincing perspectives for the recovery of the Portuguese economy in either the short or mid-term. On the other hand, the enlargement process of the EU which is currently underway is not in itself a positive sign for the Portuguese economy. And the very future of the European construction is today very uncertain following the frustration of the project for the constitution. Therefore, it seems unreasonable to expect that the great impetus for Portugal's economic recovery will come from the dynamics of European integration as has happened in the past.

Key words: European Union, Real Convergence, Portuguese Economy

MÁRIO MURTEIRA

mlm@iscte.pt
Doutor em Economia (Universidade Técnica de Lisboa); Professor Catedrático Jubilado de Economia do ISCTE; Ex-Presidente da Escola de Gestão do ISCTE; Director da revista Economia Global e Gestão.
PhD in Economics (Lisbon Technical University); Full Emeritus Professor of Economics of ISCTE; Ex-President of ISCTE Business School; Director of Global Economics and Management Review.

O QUE MUDOU MAIS NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS?

Os anos de 1974/75, como se sabe, foram anos de profundo sobressalto na economia e sociedade portuguesas, mesmo que depois se verificasse que as mudanças eram mais aparentes do que reais. Mas foram-no, também, à escala mundial, pois neles ocorreu a maior crise económica posterior à Segunda Guerra Mundial e, embora sem as dramáticas proporções dos anos da Grande Depressão, foram igualmente anos de viragem no sistema da economia mundial. Dessa viragem e desse sobressalto interessam-nos aqui reter o que aconteceu de mais relevante para a trajetória da economia portuguesa, a partir da separação irreversível da antiga metrópole e das antigas colónias africanas. O fim do colonialismo português foi também, além do mais, o fim de um projecto político e económico de integração luso-africano que o regime salazarista visava, tentando uma impossível conciliação com a integração europeia. No fim de contas, o catastrófico termo desse projecto não só empurrou a economia portuguesa para um rápido processo de integração ibérica e europeia, mas também para a deriva no mercado global em rápida expansão nas últimas décadas. Deriva que, no entanto, só se tornou evidente nos começos do Séc. XXI, quando o grande impulso da integração europeia - incluindo a contribuição dos fundos estruturais - se aproxima do fim e a situação económica portuguesa não só se apresenta preocupante a curto-prazo, como não oferece perspectivas convincentes de recuperação a médio e a longo-prazo. Generalizou-se a convicção que os vinte anos de integração europeia já decorridos foram uma grande oportunidade largamente perdida, afinal conducente a um confortável e imprudente repouso nas vantagens imediatas da integração, sem visão de longo-prazo. Suspeita-se, deseja-se ou recia-se que algo de radical se torne novamente necessário para que o país possa retomar uma trajetória de convergência real no seio da UE e, afinal, no próprio âmbito do mercado global. Mas esse algo continua envolto em espessa névoa, que vem talvez dos tempos de Alcácer Kibir, já que o próprio projecto socialista não tem hoje sentido preciso, nem em Portugal nem no resto do mundo.

No essencial, o último quartel do Séc. XX caracterizou-se pelo seguinte: sensível aceleração do fenómeno de transnacionalização, i.e., crescente proporção de investimento directo externo (IDE) na formação de capital fixo e na origem de fluxos de comércio internacional, com concomitante relevo crescente das ETN (empresas transnacionais) como actores da economia mundial; aceleração também do processo de globalização, entendendo-se por este não apenas 'mundialização', mas, sobretudo, uma específica combinação de várias vertentes interligadas, em particular nos domínios da globalização financeira e da globalização das tecnologias da informação e comunicação. Isto além de outros aspectos, entre eles o surto de um processo inoperado e de largas proporções (envolvendo cerca de 1/3 da população mundial) de

'transição para a economia de mercado', iniciado na China nos anos 1980 e, depois, alastrando pela URSS e as chamadas democracias populares¹.

Em linguagem simbólica, tudo isto significou, afinal, o fim dos Segundo e Terceiro 'Mundos' e o triunfo universal do 'mundo único', ou seja, do sistema económico que é costume designar-se por 'economia de mercado', mas que, mais rigorosamente, se poderá chamar de capitalismo do mercado global.

Todavia, esse 'mercado global' que se consumou nos finais do Séc. XX, com maior interdependência entre as economias nacionais, não é um mercado homogéneo, equilibrado, como no modelo 'puro' da concorrência perfeita que se ensina aos principais estudantes de economia, mas, pelo contrário, oferece um panorama assimétrico, desigual e de contrastes que se acentuam nalgumas áreas do Planeta. Não é certamente um mercado conduzido por alguma «mão invisível», para evocar a celebrada imagem de Adam Smith, mas conduzido por mãos bem visíveis de interesses transnacionais. Entretanto, na América Latina, na Ásia do Sul e, sobretudo, na África subsaariana, encontramos regiões retardadas no seu desenvolvimento, com populações vivendo ainda em condições de sub-humanidade². E, por outro lado, podem identificar-se grandes espaços plurinacionais, na Europa, na Ásia do Pacífico e no continente americano, onde se desenrolam processos específicos de integração económica, mais ou menos formalizados.

A União Europeia é um desses espaços, com um grau de formalização e complexidade no seu processo genético que é caso único. Esse longo processo, fruto de paciente negociação entre um número crescente de estados nacionais é, sem dúvida, admirável no panorama da geral globalização planetária - esta que, em última análise e em sentido amplo, é um processo de acelerada inter-conexão ou integração, sobretudo informal, da economia mundial.

Com efeito, talvez o lado mais positivo da história da integração europeia e da presente UE, com origens que remetem para o Tratado de Roma, assinado, em 1957, por apenas seis dos actuais membros, reside na prática de uma paciente negociação que tem permitido construir um espaço formal de cooperação, sobretudo económica, entre um número crescente de países.

Por seu turno, o lado talvez mais negativo reside nas ambiguidades de tratados redigidos, por vezes de forma deliberadamente confusa para disfarçar grandes desentendimentos, e, também, no peso e lentidão de processos decisórios que foram concebidos para satisfazer múltiplos interesses, entre eles, os da própria 'euroburocracia' instituída sob a égide da Comissão Europeia. Tem-se dito, com azeda ironia, mas

também com alguma verdade, que a UE é afinal um sistema 'centralmente planeado' por uma burocracia tão poderosa como ineficiente, sediada em Bruxelas.

Os grandes desígnios, que são também grandes sonhos, relativos ao papel da Europa no mundo, esbarram com estas realidades, algo mesquinhas, da política concreta, das longas maratonas à volta das mesas de reunião para conseguir acordos viáveis, mesmo que passem por artigos de significação duvidosa, como se podem encontrar, por exemplo, no Tratado de Maastricht, cuja laboriosa redação não esconde o contraste entre a minúcia dos capítulos sobre temas económicos e a fluidez de disposições em matérias políticas, em particular, quanto à política externa e de segurança comum.

Toda esta evolução, como seria de esperar, originou um novo condicionamento da economia portuguesa: ao mesmo tempo que se passava de uma relativa introversão, com desconfiança do exterior, hesitante entre a desejada integração euro-africana e a forçada integração europeia, para uma geral extroversão. Entretanto, o ambiente externo modificava-se em profundidade. E sendo Portugal um dos países fundadores da União Económica e Monetária europeia, a sua adesão à moeda europeia significou, entre outras coisas, a renúncia a instrumentos tradicionais da política económica nacional em troca dos esperados benefícios da regulação económica no quadro da UE. Os instrumentos da política monetária e da política comercial externa, tão caros ao poder político nacional tradicional, foram assim sacrificados. E tinha sido tão fácil, em períodos críticos dos finais dos anos 70 e meados dos 80, utilizar a taxa de câmbio para conter ou reduzir o desequilíbrio externo, embora tolerando os elevados níveis de inflação, que chegaram a exceder os 30% anuais! Em contrapartida, o país beneficiou de uma considerável transferência de fundos, aliás mal geridos, como depois se tornou evidente³.

Em grandes linhas, a trajetória portuguesa nos últimos trinta anos é, assim, uma sucessão impressionante de processos de transição: da ditadura para a democracia política em 1974/75; para a economia de mercado em 76/85 (Portugal, de algum modo fora do calendário do tempo, esboçou uma breve transição para o Socialismo, como rezava a Constituição de 1976, que, por seu turno, implicou 'atempada' transição para a economia de mercado, que durou mais de uma década); depois da 'plena adesão' à CEE em 1986, vem a transição para a UEM, que nos permitiu trocar o Escudo pelo Euro; e, finalmente, em 1998, inaugurou-se (é suposto) a grande marcha para a Economia Baseada no Conhecimento (EBC), no quadro da ambiciosa Estratégia de Lisboa, concebida quando Portugal presidia à UE.

E a avaliação global desta longa trajetória, até final do século passado, foi largamente positiva em termos quer de desenvolvimento económico quer de desen-

volvimento 'humano', segundo a terminologia da ONU⁴. Afirmação que não conteria o reconhecimento do persistente atraso relativo de Portugal no contexto europeu.

No início deste século, todavia, as perspectivas afiguram-se preocupantes. A necessidade de 'estabilização', mesmo com um Pacto de Estabilidade e Crescimento flexibilizado, parece adiar para um horizonte distante a retoma de um processo de convergência real que, como tendência de fundo, tinha caracterizado a evolução económica portuguesa nos últimos 40 anos⁵. Trajetória que parecia, aliás, confirmar uma antiga sentença de Baumol, segundo a qual os «que chegam mais tarde, crescem mais depressa» (*late comers, faster growers*)⁶. Claro que o mais rápido desses corredores tardios, nas últimas décadas, tem sido a China...

O alargamento da UE a novos membros, alguns dos quais surgem como temíveis concorrentes da economia portuguesa em muitos aspectos, como a atracção do IDE e a posição competitiva no comércio internacional, parece necessariamente conduzir a um questionamento profundo do futuro da integração europeia da economia portuguesa. Ao mesmo tempo que o próprio futuro da UE, incluindo a UEM, se apresenta incerto e problemático.

É perante este quadro que importa propor uma reflexão actualizada sobre a integração da economia portuguesa numa Europa em construção, mas que hesita no desenho final do edifício.

GRANDES REGIÕES, PEQUENAS NAÇÕES, MÚLTIPLAS CIDADANIAS

Há dois termos que hoje são usados com frequência nos ensaios sobre as tendências correntes nas economias e sociedades: são eles *governance* e cidadania. Que evocam estes termos de relevante para o nosso tema?

No primeiro caso, trata-se de considerar mais de perto as problemáticas específicas da acção de governar, seja ao nível do Estado, seja de uma organização não necessariamente lucrativa. Por exemplo, o tema da *corporate governance* está, hoje, na ordem do dia e multiplicam-se as análises sobre o papel dos chamados *stockholders* (proprietários do capital) e dos chamados *stakeholders*, como os clientes em geral, os trabalhadores ou representantes de interesses ecológicos. Drucker afirma que o papel mais importante do CEO reside na afirmação da identidade da corporação⁷, já que em tempo do chamado *network capitalism* tudo, ou quase tudo, pode ser feito 'fora', i.e., subcontratado ou partilhado com outra organização.

Seríamos levados a concluir, por analogia, e um tanto contra a corrente, que também o principal papel da entidade que governa o Estado integrado na UE seria cons-truir ou preservar a sua identidade nacional, em lugar de, pelo contrário, se ocupar sobretudo da diluição dessa identidade na absorvente Europa. E isto, afinal, faz mais sentido se aceitarmos a perspectiva de Étienne Balibar em brilhante ensaio⁸ que con-sidera a Europa um *vanishing mediator* ou «tradutor universal» de culturas, i.e., uma entidade movediça que cultiva os contactos culturais, em sentido amplo, mas não edi-fica, ou cristaliza, por assim dizer, uma nova e específica cultura multinacional. Nota Balibar que os EUA, afinal, estão mais próximos de uma entidade cultural específica do que a própria Europa. E acrescentamos nós que o próprio tão falado 'modelo social europeu' não é realmente 'europeu': afinal, que há de comum entre os modelos sociais da Grã-Bretanha, dos países escandinavos, da França, da Espanha ou de Portugal? Basicamente podemos identificar, com alguns pontos de contacto, crista-lizações institucionais diversas, resultantes de diferentes histórias ou crónicas nacionais de lutas sociais e políticas.

Nesta perspectiva, portanto, tal como num tapete persa (afinal, de fabrico europeu...), a identidade do conjunto está nessa convivência de desenhos ou cores bem diferenciados, e não na sua, digamos, cinzenta diluição em algo artificialmente 'europeu'.

Ao nível quer do Estado quer da organização, questões como o combate à corrup-ção e o compromisso com princípios éticos são também abordadas com frequência. Não é descabido defender idênticas preocupações ao nível da União, embora a trans-parência não seja, talvez, a maior qualidade da pesada burocracia centrada em Bruxelas.

Numa perspectiva mais estritamente económica, *governance* implica, além do mais, capacidade de regulação criteriosa e atempada. O que, aliás, estava em causa na adopção inicial do PEC e agora foi flexibilizado. E não parece exagerado reconhecer que, no passado e no presente, a dimensão económica da *governance* europeia supe-rou, em importância, as outras áreas, embora também se possa afirmar que a tendên-cia se esbateu com os recentes debates mais 'políticos' sobre a Constituição Europeia. Afinal, o grande argumento, explícito ou implícito, ultimamente exibido em prol da integração europeia tem sido a necessidade do reforço do posicionamento das nações da Europa no mundo globalizado e sujeito à hegemonia norte-americana. Não deixa de ser significativo que, na configuração projectada da constituição europeia, se pre-veja, pela primeira vez, um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União. E o argu-mento ganha maior força quando se regista o que temos designado por 'desociden-talização' do crescimento económico mundial, mais recentemente (depois da ascen-são japonesa no pós-guerra e das trajectórias dos chamados 'dragões' ou 'tigres' asiáti-

cos) espelhado pela extraordinária ascensão da economia chinesa, expressa, quer em taxas continuadas de crescimento rápido, quer numa também impressionante capaci-dade de absorção de capital estrangeiro, ou pelo menos externo, incluindo neste, ca-pital chinês regressado a casa, por assim dizer⁹.

Quanto à cidadania, multiplicam-se os conceitos de cidadão: por exemplo, europeu, português, lisboeta, parceiro de uma empresa ou organização 'criadora de conhecimento', que também legítima certa dimensão de cidadania. Esta última não é necessariamente uma empresa mercantil, pois pode mesmo consistir numa igreja ou numa universidade de novo tipo (bem distinta, já se vê, da universidade mais tradi-cional, fortaleza ou rede de bastiões de conhecimento apropriado por poderosos cate-dráticos...). Uma universidade, em suma, ao mesmo tempo, ensinante e aprendente, também nalguma medida emprendedora.

E, além do mais, não devemos esquecer a cidadania global que se exprime, por exemplo, nos movimentos sociais que se identificam com o Fórum Social Mundial. Cidadania 'global' que, paradoxalmente, tem muito a ver com a cidadania 'local', até porque o local tende hoje, um pouco por todo o lado, a procurar globalizar-se, umas vezes renunciando de bom grado à sua especificidade - que pode ser, apenas, a maneira própria de ser pobre e marginal... - ou, pelo contrário, visando afirmar e ampliar a sua identidade no mundo global.

Tantos parceiros e tantas responsabilidades, em parte complementares, em parte conflituais, introduzem no observador cândido de tais debates uma inevitável dose de perplexidade, talvez mesmo de cepticismo. Neste complexo teor de relações e inter-dependências, que vale, em última análise, essa sedutora, mas tão fluida, categoria europeia?

EM QUE CONSISTE, AFINAL, SER EUROPEU?

No contexto da integração europeia que mais nos interessa neste texto, somos fatal-mente conduzidos a uma reflexão sobre a natureza da actividade política, quer formal quer informal.

A cidadania respeita, como se sabe, ao conjunto de direitos e obrigações de que o indivíduo é sujeito, passivo ou activo, na 'cidade' a que pertence. Essa 'cidade', como notámos, pode revestir-se, todavia, de âmbito e natureza muito distintas e a simultânea pertença a várias 'cidades' não é isenta de conflitos ou ambiguidades. Por exemplo: se se entende que a «coesão social» ou o «modelo social» é uma dimensão essencial da Europa, ao menos como intenção - por con-

traste com a realidade norte-americana, onde a expressão não faz sentido -, reconhecendo-se ao mesmo tempo, como já notámos, que esse modelo não é entendido da mesma forma nos actuais membros da UE (comparem-se, neste aspecto, Portugal e a Finlândia), parece que a 'cidadania' europeia deveria predominar sobre a nacional neste aspecto, tal como sucede na esfera monetária. Mas não é assim, como se sabe. Ou seja, um certo entendimento do 'económico' parece predominar sobre o entendimento do 'social', apesar da suposta existência do tal modelo.

Mais profundamente parece estar em questão a particular natureza do 'político' para o cidadão europeu.

Reflexão que nos conduz à consideração de algumas disposições do projecto da Constituição Europeia, cuja apreciação nos Estados-Membros da UE se encontra suspensa, depois dos resultados dos referendos na França e na Holanda, pois parece longe de merecer unânime e entusiástico apoio dos 'cidadãos europeus', categoria que contém uma incómoda petição de princípio. Há, por assim dizer, e jogando com o título da famoso livro de Kundera, uma notória 'leveza' do ser europeu, talvez não insustentável, mas, pelo menos, não suficientemente sustentada até hoje, quando, idealmente, se tornaria necessário equilibrar os dois movimentos de extensão e de aprofundamento da UE.

PARA ONDE VAI A EUROPA, ARRASTADA PELA MARÉ GLOBALIZADORA?

A referida 'leveza' do estatuto europeu é, sem dúvida, inevitável se - como parece necessário - a porta permanecer aberta para novos membros, até não rigorosamente 'europeus' nos seus fundamentos culturais e civilizacionais, como sucede com a paciente Turquia, há longos anos negociando a sua admissão, e possíveis entrantes em futuro próximo do Norte de África. Decorre ainda da filosofia subjacente ao chamado princípio da subsidiariedade, que remete, em primeiro lugar, para os Estados nacionais as maiores responsabilidades da política económica e social, embora no quadro de certas regras fundamentais comuns. E, também, certamente se exprime nas até hoje insuperáveis dificuldades na definição (antes da fase da implementação) de uma credível política externa e de segurança comuns. Dado isto, é inerente a esta tão específica realidade europeia - sempre em vias de se fazer e re-fazer, sem nunca verdadeiramente 'chegar' a qualquer estádio final, conclusivo - uma essencial característica transitória, como uma estranha via de transporte, em que constantemente podem entrar ou sair passageiros, sem saber muito bem para onde vão, ainda que, sem dúvida, desejando ir 'para outro sítio' e sempre de algum modo transformando-se na viagem.

Perante tais perspectivas, não é crível que o previsível aumento dos poderes do Parlamento Europeu (com paralela redução do número dos seus membros) ou que a consolidação da figura do Presidente da União (deixando a presidência de ser meramente rotativa por períodos de seis meses, como agora sucede) possam modificar substancialmente aqueles condicionamentos.

Sabendo-se que nos encontramos numa 'pausa para reflexão', é legítimo e necessário levar às últimas consequências lógicas e políticas um tal exercício. E isto, no caso de um país pequeno, periférico e relativamente atrasado no seu desenvolvimento, como é Portugal, afigura-se particularmente imperioso. Ao menos por esta razão: esgotado o grande impulso e irrecusável desafio que a integração europeia representou para Portugal, vencido o turbulento e incerto período de dez anos de transição, a seguir ao colapso da ditadura de quase meio século, é indispensável, quer na perspectiva ideológica, quer das grandes opções políticas nacionais, quer ainda do enquadramento estratégico do comportamento dos principais actores da economia, construir um novo horizonte credível e mobilizador.

Surge aqui, porém, uma dúvida de fundo: dada a incerteza actual da construção europeia, será sensato esperar do quadro europeu o cenário apropriado para esse novo horizonte que referimos? Ou esse quadro, embora não possa ser ignorado, constitui hoje mais uma parte do problema que o caminho da solução?

Dai a insistência na pergunta: para onde vai a Europa, arrastada na maré globalizadora?

Uma Europa mais 'voltada para dentro' é um cenário possível do sistema mundial, nesta primeira metade do Séc. XXI. Até certo ponto, isso seria repetir tendências dos anos 1930 em conjuntura mundial de crise económica e social, crise que conduziu à guerra de 1939/45. Mas agora não se trataria de uma guerra com as mesmas características, seria talvez, mesmo numa hipótese extrema, um afrontamento mais económico, ideológico e tecnológico do que fundado na utilização, ou ameaça de utilização, de instrumentos de destruição em larga escala.

Uma Europa mais 'voltada para fora', i.e., plenamente embarcada no processo de globalização mundial, e concomitante 'americanização', parece ser o cenário mais provável. O que poderá ter consequências como as seguintes:

- a UE ficar mais reduzida a um espaço amplo de cooperação económica, permitindo diferentes configurações no seu seio, sendo o espaço do Euro apenas ocupado por parte dos membros da União, talvez mais reduzida do que já hoje sucede, e com implicações de política económica menos restritivas do que as actuais. Teríamos,

‘empreendedores’, mas também trabalhadores de várias categorias, incluindo os tão louvados ‘trabalhadores do conhecimento’.

Só uma perspectiva desta natureza, como é evidente, forçaria a colocar no seu devido lugar o estrito discurso da austeridade nas finanças públicas.

NOTAS

1. MURTEIRA, Mário (2003), **O que é a Globalização?** e MURTEIRA, Mário (2004), **O que é a Economia do Conhecimento?** Quimera, Lisboa.
2. Ver, designadamente, o relatório do Governo Inglês sobre a África, intitulado *Our common interest*, onde Tony Blair propõe nova uma estratégia para apoiar o desenvolvimento africano. De referir, também, a iniciativa *New Partnership for African Development (NEPAD)* por parte de cinco países africanos: Argélia, Egípto, Nigéria, Senegal, África do Sul.
3. Ver a análise de José Caetano (Universidade de Évora) sobre este tema a publicar proximamente na revista *Análise Social* (ICS, Lisboa).
4. Portugal, segundo os relatórios sobre o desenvolvimento humano mundial do PNUD, foi um dos dez países do mundo de maior crescimento do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1960/92. O nosso crescimento foi particularmente rápido em 1970/80.
5. MURTEIRA, Mário; NICOLAU, Isabel; MENDES, Vivaldo; e MARTINS, António (2000), **Serviços Informacionais e Transição para a Economia do Conhecimento em Portugal**. GEPE, Ministério da Economia.
6. BAUMOL, William (1988), «Entrepreneurship: Productive, Unproductive and Imitative: or the rule of the Rules of the Game». C.V. Starr Center for Applied Economics, New York University.
7. DRUCKER, Peter (2001), «The next society». *The Economist*, 3 de Novembro.
8. BALIBAR, Etienne (2003), **Europe, Vanishing Mediator**. Fernand Braudel Centre, Viewpoints, New York.
9. Sobre o processo chinês, ver, por exemplo, PANITCHPARKDI, S. e CLIFFORD, M. L. (2002), **China and the WTO**. John Wiley and Sons, Ásia; e MURTEIRA, Mário (Ed.), **Hong Kong and Macau at a Time of Transitions** (2000), Macao Foundation, Macau.
10. Um ponto de vista próximo encontra-se no recente parecer (datado de 15 de Julho último) do Conselho Económico e Social, subscrito pelos conselheiros Simões Lopes e J. Ferreira do Amaral, sobre as GOP para 2005-2009.

pois, uma UE de ‘geometria variável’, inserida numa grande construção europeia de identidade e vontade assumidamente difusas;

- as chamadas ‘grandes’ potências embarcariam em distintas políticas externas, sem se afirmar uma ‘vontade política europeia’ consistente e duradoura. O que significaria ser este cenário da Europa plenamente embarcada no processo de globalização compatível com a reafirmação de identidades nacionais.

Em qualquer caso, porém, parece razoável admitir reforço das cidadanias ‘locais’, intra-nacionais ou mesmo transnacionais. O que implicaria reforço da organização dos cidadãos que, ao menos potencialmente, o são a diversos níveis - incluindo o global, europeu e regional - na defesa dos seus interesses mais próximos.

Em última análise, talvez seja ao nível nacional - o berço formal da cidadania, no sentido mais comum que atribuímos ao termo - que as identidades se encontram hoje mais ameaçadas. O que também implica degradação da participação dos cidadãos na organização ‘democrática’ dos Estados nacionais.

QUE IDENTIDADE PORTUGUESA NUMA EUROPA FUGAZ E TRANSITÓRIA?

A questão poderá surgir como obsoleta, ou mesmo perigosamente reacionária, num tempo de transições e incertezas, mas também de crescente interdependência, em que se acentua o poder daqueles que mais dominam a ciência e a tecnologia e, em particular, as tecnologias da informação e da comunicação. Em todo o caso, cremos que a questão mantém pertinência, se não for entendida como mera defesa de um lastro histórico; ao contrário, o seu cabimento decorre de um olhar sobre a possível história futura.

De certo modo, deverá dizer-se que a questão só poderá fazer sentido numa sociedade que, no pensamento e na prática... *lhe reconheça sentido*. E este, como é evidente, deverá decorrer de alguma imagem de um futuro que se considera desejável e possível; imagem, além do mais, credível e assumida pela grande maioria dos cidadãos nacionais. E este simples enunciado sugere, desde logo, uma imensa petição de princípio.

Mas não há como fugir-lhe¹⁰.

E convém acentuar que não se trata de discutir em abstracto o ‘modelo de desenvolvimento’ apropriado para Portugal. Como se, encontrado esse ‘modelo’, só faltasse vesti-lo no País. A questão é muito mais complexa do que isso: trata-se de encontrar um discurso ideológico ou um projecto de acção que efectivamente seja mobilizador dos actores ou intérpretes sociais mais relevantes, nestes incluindo não só empresários